



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Ofício de mulheres, Comida de Orixás: mediações e conflitos na patrimonialização da baiana de acarajé

Patricia Martins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR

patricia.martins@ifpr.edu.br

*Como pensar na Bahia sem se lembrar das baianas? Amanhã, 25 de novembro, é o dia delas, da baiana de acarajé, símbolo mais forte da cultura popular baiana, o autêntico cartão postal da Bahia em qualquer lugar do mundo<sup>1</sup>.*

Nas palavras do jornalista exprimi-se uma imagem reificada da baiana de acarajé, relacionada diretamente a indústria do turismo da cidade de Salvador. Obscurecendo, desta forma, toda a historicidade trazida por este ofício que se desenvolve com grande intensidade nas ruas de várias cidades brasileiras. No entanto, a imagem da baiana não se esgota pela leitura do “cartão-postal”, vai além e adentra as portas do Brasil colonial.

A venda de alimentos pela população africana escravizada em terras da colônia portuguesa se deslumbra enquanto uma opção de ganho, para Martini, é dentro deste contexto da escravidão que o ofício de acarajé deve ser inicialmente localizado, onde:

“desde o período colonial a tradição de venda de comida por mulheres africanas e cativas e mais tarde crioulas libertas era comum em todo Brasil. Mesmo havendo a figura dos vendedores ambulantes, a venda de alimentos nas ruas se consolidou enquanto trabalho tradicionalmente feminino” (2007, P.107).

Do ganho, construindo aspectos ritualizados, o acarajé adaptou-se à memória dos cultos afro-religiosos. A partir de então, a venda de acarajé poderia se caracterizar como uma *obrigação* que carrega um significado ritualístico, adquirido

---

<sup>1</sup> <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-2/artigo/dia-da-baiana-abre-calendario-de-festas-em-salvador/>. Acessado em 30/11/2010.

quando a iniciação no candomblé fazia necessário o pagamento das cerimônias, e mesmo, seu preparo voltado a comida de orixás<sup>2</sup>.

O acarajé, juntamente com o abará e caruru formam um conjunto de oferendas votivas que até hoje circulam nas ruas através do tabuleiro. O emergir destas comidas ocorrem nos tempos iniciais da formação do próprio candomblé em Salvador, assim:

(...) neófitas iam vender nas ruas as oferendas de seus tutelares para conseguirem arcar com as despesas de suas “obrigações”. O abará e o acarajé estão nesse espaço intermediário que soleniza a rua e, ao mesmo tempo, populariza as oferendas (Martini, 2007, p, 68).

Apesar de estar diretamente relacionada a obrigações presentes no campo religioso a venda de acarajé, enquanto comida votiva, não ficou restrita a esse sentido e passou a representar a independência social e financeira, sobretudo de mulheres. Desde seu início, portanto, o ofício do acarajé transita entre atividade de conteúdo simbólico e comercial, na maioria das vezes, agregando estas duas dimensões.

Este trabalho é parte de um processo mais amplo de avaliação da política de salvaguarda dos bens registrados como patrimônio imaterial brasileiro. Desenvolvido no âmbito do Departamento de Patrimônio Imaterial DPI/Iphan, junto à Coordenação Geral da Salvaguarda, DPI/Iphan, com vistas a estabelecer um panorama e monitoramento das gestões em torno destes bens culturais de natureza imaterial<sup>3</sup>. O ofício de baianas de acarajé foi registrado como patrimônio imaterial do Brasil no ano de 2004, e a partir daí diferentes ações de salvaguarda foram direcionadas a este bem cultural.

Os dados aqui apresentados estão direcionados a partir do Método de Monitoramento e Avaliação da Política de Salvaguarda (CGS/DPI/IPHAN, 2010), documento construído como forma de orientar e sistematizar a avaliação das ações

---

2 Para Lody, “Acarajé o bolo de fogo, filho do dendê fervente, de cor que lembra o fogo, símbolos ancestrais desse elemento marcado pelo vermelho e o marrom de lansã, a moça da tarde, do céu avermelhado, e que é também Oiá, o mesmo orixá, mulher guerreira, quente, sexualmente devotada a seu marido Xangô, Alafim, rei de Oyó. Assim, os acarajés fazem o cardápio predileto de Oiá e integram-se, maiores e alongados, ao amalá, prato que agrada a Xangô, composto de quiabos, dendê e pimentas (2002:37).

<sup>3</sup> Este trabalho fez parte de uma consultoria técnica na área de Antropologia realizada para UNESCO.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

que constituem os planos de salvaguarda de bens registrados. De modo geral, esta metodologia é composta por dois momentos, o primeiro, refere-se a uma análise de ordem documental. Em um segundo momento, a avaliação se configura participativa, no sentido de buscar uma imersão junto aos gestores responsáveis pela salvaguarda destes bens, como forma de compreender conjuntamente o alcance e impacto das ações, assim como futuras demandas a serem contempladas em projetos vindouros.

Com este fim, foi realizado trabalho de campo junto a Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia (Abam), localizada no Centro Histórico do Pelourinho, cidade de Salvador. Esta entidade é a instituição gestora responsável pelas ações de Salvaguarda voltadas para este ofício. Além, de acompanhar o cotidiano de trabalho desta Associação, também foram realizadas entrevistas com agentes que direcionaram ações pontuais de salvaguarda, bem como, junto a Superintendência do Iphan na Bahia, responsável pelo acompanhamento deste processo.

Neste percurso da patrimonialização do ofício das baianas de acarajé, revelam-se consensos e dissensos, atores envolvidos em mediações e conflitos inerentes a todo este processo. Entendendo que o texto etnográfico deve necessariamente articular a história, a subjetividade e o indivíduo, e, compactuando com Geertz (1989) para quem, a tarefa do antropólogo é construir uma leitura sobre a realidade pesquisada. Os textos antropológicos são compreendidos aqui enquanto interpretações não dissociadas das pessoas ou dos lugares específicos onde foram produzidas.

A etnografia contribuiria assim, na reflexão a cerca de classificações nativas não apenas em relação ao patrimônio, mas à ação e aos próprios agentes do Iphan, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Superintendências Regionais, e outros, bem como “fala” das interações entre entidades e sujeitos da comunidade, problematizando o próprio processo de patrimonialização. Assim, se fez necessário observar a salvaguarda do Ofício das Baianas em diferentes perspectivas.

Compreender as diferentes intenções dos agentes envolvidos com a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé implicava, sobretudo, realizar uma observação ativa no interior da instituição responsável por todos estes processos, neste caso, envolvia refletir criticamente sobre a própria atuação e iniciativas do Iphan, direcionadas aos grupos detentores destes bens culturais. Com isto posto, ao final deste processo avaliativo tecido de maneira colaborativa, foi possível não somente levantar as vulnerabilidades das ações de salvaguarda, identificando os agentes e instituições envolvidas, mas também formar um instrumento de aperfeiçoamento com vistas a aprimorar ações e subsidiar decisões no âmbito das tão recentes políticas públicas direcionadas para o patrimônio imaterial.

### **Patrimônio Imaterial e o Ofício das Baianas de Acarajé: diferentes agentes, múltiplos significados**

As iniciativas institucionais em torno da categoria de patrimônio cultural no Brasil podem ser datadas a partir de 1937 com o Decreto-Lei n.25/1937. Neste momento, estando profundamente influenciados por um projeto modernista de política cultural, se funda a prática do tombamento como forma de preservar os bens culturais que compõem a nação. Possuindo caráter fragmentário e reduzido de seu potencial semântico, a concepção de patrimônio no Brasil ainda recentemente era norteadada por valores históricos e estéticos. Apesar, de mesmo nesses primórdios Mário de Andrade já apontar para o caráter processual e dinâmico dos bens culturais e de sua dimensão imaterial, ainda assim ficamos por muito tempo privilegiando o patrimônio de “pedra e cal” na prática da preservação em nosso país. Dessa forma, “a imagem de cultura brasileira produzida pelas instituições oficiais era, além de restrita, morta, e tratada como mero testemunho de épocas pretéritas ou como expressões artísticas individuais” (Londres: 2005, 151).

A partir das re-elaborações conceituais a cerca do patrimônio cultural pela qual passou a UNESCO (instituindo os Programas Tesouros Humanos Vivos e Proclamação das Obras do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade), e ainda, a partir da aproximação entre antropologia e as políticas culturais iniciadas nos anos 1970, veremos uma tendência para a ampliação da noção de patrimônio pelo órgão responsável por estas ações no Brasil: o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Nacional (IPHAN). Podemos afirmar que a partir da gestão de Aloísio Magalhães na década de 70, e da criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), novos conceitos e métodos serão desenvolvidos e passarão a instrumentalizar a discussão e a prática do patrimônio.

Estas iniciativas anunciavam as medidas futuramente tomadas através do decreto-lei 3551/2000 que “institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. São formuladas políticas públicas específicas para essas modalidades de bens denominados de imateriais, passando a reconhecer nestes, suas especificidades e sua importância na formação da diversidade cultural brasileira.

A partir da criação deste corpus jurídico iniciou-se um grande processo de constituição de mapeamentos e pesquisas com vistas a identificar bens culturais passíveis de registro. A instituição chamada a implementar as primeiras experiências relacionadas ao encaminhamento do decreto-lei 3551/2000 foi o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), haja vista, que a criação do Departamento de Patrimônio Imaterial dentro do Iphan (DPI) será consolidado somente em 2004.

Desenvolvido no âmbito no Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, o inventário do Ofício das Baianas de Acarajé foi realizado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Iniciado em 2001 este inventário forneceu o suporte informativo para o pedido de registro, encaminhado em 2002 ao conselho consultivo do Iphan, por meio da Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia (ABAM), o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá e pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA). Seu registro foi homologado em janeiro de 2005 e inscrito no Livro dos Saberes inicia-se uma fase de estruturação das ações de salvaguarda.

Através do registro do ofício das baianas de acarajé, se estabeleceu diferentes níveis de comunicação, colocando instituições, atores sociais, associações e agentes governamentais em um mesmo processo de negociação. Para Bitar, “dentro dessa rede é possível compreender as dimensões que abrangem o conceito de patrimônio, evidenciando formas onde pessoas, lugares e objetos tornam-se objeto de patrimonialização em diferentes contextos” (2010, p.54).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Conjuga-se assim um espaço onde uma associação civil que organiza as baianas de acarajé, um centro de estudos ligado a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e um terreiro de candomblé tombado pelo IPHAN, pleiteiam a efetivação do registro. Com a organização das baianas enquanto uma coletividade que tem uma expressão pública de grande destaque, juntamente com a intelectualidade baiana formadora do CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais), somados ao apoio de um dos terreiros mais antigos de Salvador, e com o peso técnico-institucional dos pesquisadores do CNFCP, constrói-se toda a legitimidade para o encaminhamento do registro do ofício das baianas de acarajé como patrimônio imaterial do Brasil. Para Nina Pinheiro Bitar:

O principal objetivo para a realização do registro era o reconhecimento do valor simbólico do “ofício” das baianas de acarajé. Tal valor simbólico estaria vinculado ao modo de fazer o acarajé, às roupas, à etnicidade e, principalmente, às religiões afro-brasileiras. O “ofício” aparece como o representante de um legado étnico e religioso (2010: 160).

Neste quadro, a categoria patrimônio é diversamente classificada, o entendimento do IPHAN e das baianas de acarajé, são construídos por caminhos diferenciados. O patrimônio, para além de se configurar como uma expressão emblemática de um grupo social ou nação, é também um processo de construção e reconstrução social e simbólica através das experiências sensíveis, individuais e coletivas (Gonçalves, 2006). Essas concepções do patrimônio, seja como uma forma de expressão de uma “identidade”, seja como uma espécie de extensão da experiência, devem ser entendidas, levando-se em conta o fato de as baianas se inserirem em uma complexa rede social e simbólica, considerando que não se trata propriamente um registro do acarajé, mas de um “sistema cultural” que envolve a sua totalidade (Vianna, 2004).

### **Inventário e Registro do Ofício das Baianas de Acarajé**

A equipe responsável pelo inventário do acarajé era coordenada por Raul Giovanni Motta Lody, antropólogo com longa e consolidada tradição em estudos que envolvem a religiosidade afro-brasileira, e tinha como assistente Elizabeth de Castro Mendonça. Basicamente o Inventário constituiu na definição das localidades a serem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

estudadas; nas entrevistas detalhadas com os atores sociais; no levantamento de bibliografia sobre o tema; bem como em registros audiovisuais e de acervos museológicos.

As localidades escolhidas para aplicação do inventário foram Bonfim, Pelourinho e orla marítima (Barra, Ondina, Rio Vermelho e Piatã), por serem pontos significativos da história de Salvador e pontos de grande concentração de vendedoras de acarajé. Foi incluída, ainda, a localidade de Brotas, por ser onde está situado o ponto de venda de um baiano de acarajé, que apresenta duas características pouco comum: ser homem e evangélico.

O inventário do acarajé foi demonstrativo da complexidade na classificação destes bens culturais. Inicialmente pensado a partir da sua feitura e do bolinho em sua materialidade, o recorte voltava-se para o seu modo de fazer. Com o avanço da pesquisa percebeu-se que o acarajé fazia parte de um sistema cultural muito mais amplo. Em análise Leticia Vianna reconhece que:

“Assim, para a preservação da referência cultural, não basta a preservação das receitas; faz-se necessária a atenção a todo um sistema cultural que envolve muitos universos interligados, tais como os interiores dos terreiros de candomblé; os cantos e pontos dos tabuleiros das baianas nas ruas das cidades; as receitas e sentidos dos demais quitutes que vão dentro desses tabuleiros; e, sobretudo, os sentidos que vão dentro das cabeças de quem faz e de quem come, de quem vende e de quem compra esse “bolinho de fogo” (2006: 18/19).

Dentro desta nova abordagem o bolinho de acarajé foi apreendido tanto a partir de sua concretude, como em todo o conjunto que envolve a preparação do tabuleiro, a indumentária da baiana, o “fazer o ponto”, chegando até as crenças e significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício.

O resultado desta grande incursão ao universo das baianas de acarajé resultou na criação de uma base de dados visualizadas através das fichas que compõem o Inventário, além de cd room, vídeos e publicações que difundiram o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ofício. Ao final, serviram como material de referência para o reconhecimento e registro das baianas de acarajé como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Os agentes pesquisadores deste inventário ainda permaneceram como interlocutores das baianas de acarajé durante algum período após o registro, porém, assim como o próprio CNFCP, foram se afastando da salvaguarda deste ofício, deixando um espaço de mediação que ainda hoje falta ser preenchido.

### **Um Plano de Salvaguarda para o Ofício das Baianas de acarajé: mediações e conflitos**

Em linhas gerais é possível definir os Planos de Salvaguarda como um conjunto de ações, necessárias à promoção da continuidade de bens registrados pelo Iphan como patrimônio cultural do país. Em sua conceituação, é pensado para ser elaborado junto aos grupos produtores/detentores dessas manifestações e com instituições locais públicas e/ou privadas. Através da formulação dos Planos são delineados projetos que envolvem uma série de iniciativas, sugerindo-se um planejamento que conduza a objetivos a serem alcançados a longo, médio e curto prazos. O Plano de Salvaguarda indica de que forma o Estado e a sociedade agirão para garantir as condições que permitam a continuidade de modo sustentável das manifestações culturais registradas.

Com relação à execução das ações ou Planos de Salvaguarda, estes têm como principal fonte de fomento os convênios celebrados entre IPHAN e instituições que representam ou atuam junto aos detentores dos bens culturais. A construção de um plano de salvaguarda para o ofício de baianas de acarajé iniciou-se a partir do próprio processo de inventário, conduzido pelo CNFCP. Durante esta trajetória entre inventário e registro, esta instituição, na figura de seus pesquisadores Raul Lody e Elizabeth Mendonça, acompanhou e conduziu de perto a elaboração das ações a serem privilegiadas no plano.

Com o objetivo de implementar ações que propiciassem a difusão dos conhecimentos sobre esse bem e, sobretudo, o envolvimento e a geração de benefícios diretos para as baianas de acarajé, foram realizadas reuniões com representantes da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Associação de Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam) e com instituições locais, públicas e privadas, que desenvolviam ações destinadas às baianas de acarajé. As reuniões definiram as ações prioritárias do projeto, que se pautaram em duas linhas de ação: jurídica e patrimônio/difusão.

No âmbito do direito buscou-se oferecer suporte para demandas de implementação e revisão da legislação existente, em paralelo com estatutos municipais e estaduais que visassem à promoção de igualdade social, do trabalho e da identidade cultural; discussão com órgãos de vigilância sanitária e fiscalização de comercialização, marcas e patentes, demandas que se demonstravam urgentes para as baianas.

No âmbito do patrimônio/difusão pretendeu-se priorizar a valorização e a divulgação do ofício e dos bens associados por meio da re-implantação das oficinas de repasse de saber sobre roupa de baiana e fios-de-contas e da re-estruturação do Memorial das Baianas .

Um dos desafios postos pelo Plano de Salvaguarda era indicar alternativas que permitissem o estabelecimento e diálogo entre a Associação de Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam) – principal representação de classe das baianas de acarajé – e as instituições que promovem ações jurídicas ou educacionais que têm como público esse segmento, com formação de grupos de trabalho (Documentação acervo DPI).

Esta interlocução proposta pela equipe do CNFCP, entre representações das baianas de acarajé e demais instituições envolvidas com este ofício, de certo modo, não avançou. Para além de 02 reuniões realizadas, e, após a constituição do primeiro Convênio da Abam junto ao Iphan, percebe-se que a aproximação entre as partes foi desarticulada.

Esta circunstância pode ter ocorrido pelo fato de que após o registro do ofício das baianas de acarajé, o CNFCP aos poucos foi se retirando desta interlocução. De outro lado, a própria Abam não teve fôlego para dar continuidade a estes encontros e manter este diálogo. Falamos, no caso da construção dos Planos de



Salvaguarda, do estabelecimento de pontos de comunicação entre agentes diferenciados, com experiências e expectativas outras, tarefa sempre desafiadora.

Para uma antropologia da comunicação cultural proposta por Weber, Simmel e, principalmente, Schutz, os indivíduos são as unidades mínimas significativas de uma sociedade onde aparecem diferenciações. "Ressalte-se que em qualquer sociedade, por mais aparentemente simples, há diferenciação e descontinuidade em termos de papéis sociais e planos de realidade. (Kuschnir e Velho, 2000:16).

No estabelecimento dos Planos de Salvaguarda, e em sua posterior execução o papel de diferentes mediadores se fez necessário. Os mediadores aceleram a comunicação, são intermediários entre mundos diferenciados, tradutores das diferenças culturais em que agem como intérpretes, transitando entre diferentes segmentos e domínios sociais (Velho, 1994:81). Porém, a interação não é sinônimo de relação pacífica e harmoniosa, “a própria diferença implica possibilidade de contradição” (Kuschnir e Velho, 2000). Neste contexto, entre mediações nem sempre bem sucedidas e conflitos inerentes ao próprio processo de patrimonialização, é que transcorre a construção da salvaguarda do ofício das baianas de acarajé.

### **O ofício, suas transformações e as dinâmicas da cultura**

O registro do Ofício da Baiana de Acarajé foi construído a partir desta leitura étnico-religiosa, e mesmo, de gênero. Nos documentos referentes ao inventário e ao registro, explicam que se trata de uma comida sagrada, utilizada em rituais do candomblé, afirmando-se enquanto uma atividade tradicionalmente feminina. Roque de Barros Laraia, no documento que atesta a legitimidade do registro deste ofício como patrimônio cultural imaterial, expõe em parecer que:

“Pode parecer que estamos dando uma importância maior ao acarajé do que ao Ofício das Baianas de Acarajé, mas este fato tem um sentido: neste complexo cultural, o acarajé é o elemento central. O ofício não teria a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

importância que tem se o acarajé fosse apenas um dos alimentos tradicionais. Portanto, ao recomendar o registro do Ofício das Baianas de Acarajé estamos reconhecendo a importância de ambos. Que as baianas continuem a enfeitar o mundo multicolorido da Bahia, que o cheiro e o sabor do acarajé continue atrair a todos, aos sons dos pregões que as baiana não cansam de repetir: “I abará, ô abará, acarajé, acarajé” (Documentação acervo DPI/IPHAN, 2004: 10).

A partir do século XX este ofício passará por grandes transformações, com os novos modelos de cidade e novos códigos de conduta a paisagem urbana de Salvador irá se alterar drasticamente. No ímpeto da disciplinarização do espaço urbano a venda ambulante sofrerá os impactos das novas posturas municipais, deixando as distinções étnicas no trabalho de rua cada vez mais diluídas. Para Martini:

“A ambulância tradicional de mulheres vai diminuindo ao longo do século e desaparece após a Segunda Guerra. Uma ideologia higienista legitima uma nova intervenção dos poderes públicos sobre o pequeno comércio dominado pelas mulheres, na tentativa de retirá-las das ruas e de remanejá-las para lugares com mais expectativa de controle público” (2007:178).

A partir do final da década de 1960, temos a construção de uma nova visão sobre estas baianas de acarajé. É digna de destaque a criação em 1968 da Bahiaturisa, órgão encarregado de fomentar o turismo no Estado da Bahia e ainda hoje responsável por cristalizar uma imagem pasteurizada da baiana de acarajé. A Bahiaturisa em seu início teve como primeiro foco a questão da infra-estrutura urbana voltada para o turismo e ao setor hoteleiro neste estado, sobretudo, em Salvador.

Aliava-se, neste sentido, a temática da preservação diretamente ao turismo, as ações governamentais vinham neste sentido explicitando-se na política de preservação voltada ao centro histórico do Pelourinho. No entanto, no caso de Salvador, essa política foi além do reconhecimento arquitetônico e buscou se definir através de elementos afro-baianos (Santos 2000:94-5). Criava-se uma imagem de representações afro-baianas, onde um dos elementos escolhidos como definidores desta “baianidade” foi o ofício de baianas de acarajé. Martini acredita que:



“o lugar que ocuparam permanentemente durante quatro séculos transformou-se em um lugar privilegiado, do ponto de vista turístico (...) No entanto, embora a perseguição uniformizadora do progressismo do início do século tivesse cessado, pelo fato de a baiana típica ter se transformado subitamente em promotora de uma imagem que propiciaria uma atividade estratégica altamente rentável para o município e o estado, o controle público não deixou de tributar e cercear essas artesãs” (2007: 182).

Com a ascensão do turismo era necessário as baianas de acarajé se adequarem às novas exigências econômicas e de profissionalização que este mercado e seu público consumidor demandavam. Mesmo desta forma, o vender acarajé continuou sendo parte do trabalho informal estruturado a partir da base familiar. Neste caso, privilegiou-se alterações na venda do acarajé para atender uma exigência do mercado, porém estas preocupações não voltavam-se para a melhoria das condições de trabalho das próprias baianas.

Como consequência da intensificação do turismo em Salvador, sobretudo, das ações direcionadas pela Bahiatursa, surge a figura da “baiana de evento”. Emergindo na década de 1980, esta categoria de baiana não se vincula ao espaço tradicional dos pontos de tabuleiro. Com forte glamour em trajes “de gala”, as “baianas de evento” eram chamadas para representar a imagem da “baianidade” em diferentes contextos, como exposição, festivais, mídias publicitárias, e, inclusive em campanhas de políticos. Nesta época:

“a Bahiatursa promoveu diversos eventos em que apresentava as baianas do acarajé em outros estados e em outros países. Durante o governo carlistas as baianas eram a imagem sempre exposta. Com a restauração do Pelourinho surge uma nova imagem da baiana uma espécie de simulacro. Época marcada pela consolidação do turismo enquanto uma das principais fontes de renda para Salvador, com a cidade alcançando a posição de Patrimônio Histórico da Humanidade “(Martini: 2007, 185)

Neste contexto, é possível afirmarmos que se forma uma determinada hierarquização na categoria de “baianas de acarajé”. Pelo fato de desenvolverem atividades diferenciadas, a maior parte atrás dos tabuleiros, e outras na promoção de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

eventos, as baianas nas últimas décadas formam um grupo heterogêneo, gerando a partir disso diferentes graus de conflitos. Para as baianas de tabuleiro *a verdadeira baiana é aquela que faz acarajé, essas outras são de mentira, pra gringo ver, o pior que elas que aparecem*, revela uma baiana de acarajé do Pelourinho, que continua indagando *a baiana que ta estampada no aeroporto não sabe nem o que é acarajé, quem escolheu ela pra fazer aquilo ali?*

Foi com esta complexidade e diferentes apropriações da figura da baiana de acarajé, que a salvaguarda deste bem teve que lidar. O trânsito entre o simbólico e o comercial, distinções entre *baianas de tabuleiro* e de *eventos*, e, o uso que as agências de fomento ao turismo fazem desta categoria, são ainda alguns dos desafios enfrentados pelos gestores desta salvaguarda.

### **Algumas conclusões**

O ofício de baianas de acarajé vem sendo constantemente atualizado e recriado, fenômeno comum a toda e qualquer manifestação cultural. Em seu cotidiano é possível observar as transformações seja na venda de tabuleiro, na imagem e atuação das baianas de evento, ou ainda, nas articulações da Abam.

Esta atividade não se restringe mais as ruas de Salvador e seu entorno, e nem obedece ao calendário de festas da cidade. Sua ocorrência é cotidiana em Salvador, como em tantas outras cidades brasileiras. Uma das discussões atuais no âmbito da Abam e do coletivo de baianas é quanto a territorialidade deste ofício que não obedece aos critérios geográficos como os previstos na certidão de registro deste bem. Segundo este documento:

“A atividade de produção e comércio é predominantemente feminina, e encontra-se nos espaços públicos de Salvador, principalmente praças, ruas feiras da cidade e orla marítima, como também nas festas de largo e outras celebrações que marcam a cultura da cidade”.

Contrariando este documento, podemos perceber com mais frequência a presença de baianas de acarajé em diferentes cidades do Brasil. Se em Salvador as dificuldades destas mulheres já é grande, em outros contextos torna-se ainda maior.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Vejamos esta matéria jornalística publicada em 21 de maio de 2010 no site da Folha online, cujo título era “Baianas de acarajé são afastadas das ruas de São Paulo”:

(...) Hélia Bispo, a baiana Bá, teve o tabuleiro apreendido na rua Treze de Maio. "É muito humilhante a maneira como nos abordam", diz. "Fomos mal recebidos na prefeitura. Não quiseram nem nos atender. Se não houver baianas com tabuleiros na rua, não há patrimônio nacional", afirma Rita Santos, presidente da Abam. (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3105201008.ht>).

Ao apontar as principais dificuldades do ofício de baianas de acarajé nos dias atuais, Rita Santos diretora da Abam afirma que:

*a questão das baianas é que quando pego a certidão que diz Salvador e encaminho para uma prefeitura em outro Estado, a gente recebe a resposta como recebeu de São Paulo: lugar de baiana é lá em Salvador. Então, a prefeitura de São Paulo não reconhece, não dá atenção devida àquela baiana porque ela fala assim: a não, eu mando isso aqui e estava escrito Salvador. E falam que lugar de baiana não é aqui em São Paulo é em Salvador. Elas não se sentem dentro disso aqui, porque está escrito só Salvador. E as autoridades, volto a dizer, não reconhecem isso. E teria que ter esse reconhecimento. Esse é o grande problema.*

Juntamente com essa questão da territorialidade, coloca-se também as mudanças em suas formas de comercialização. O ofício que se constrói em um universo feminino, amplia-se e passa a ser realizado também por homens. Incluídos no processo de comercialização do acarajé em diferentes momentos, seja como um ajudante que auxilia na preparação, transporte e mesmo na organização do tabuleiro, as atividades reservadas aos homens não ultrapassavam estas citadas. Atualmente é possível encontrar homens no comando dos tabuleiros, os “baianos de acarajé”.

“O baiano do acarajé que gerencia o tabuleiro respeitando essas condições - sabendo praticar - é a figura polêmica digna das discussões entre baianas vendedoras e clientes, por não fazer parte da tradição. Mercadores do sexo masculino podiam, tradicionalmente, trabalhar com alguns tipos de alimentos e produtos, como os verdureiros, vendedores de porcos, de aves ou de tabaco, presentes em nossa iconografia. Porém, não os encontramos



cozinhando na rua, como as mulheres sentadas no chão ao lado de um largo caldeirão fumegando sobre a lenha”. (Martini: 2007, 189)

Juntamente com o aparecimento do baiano de acarajé, a comercialização do “bolinho de fogo” vêm incorporando novos e diferentes significados a partir da chegada do “acarajé de Jesus”. Associado a Igreja Evangélica, a venda deste acarajé se contrapõe à esfera religiosa do candomblé, causando discordância entre as baianas. Neste sentido, há uma busca por ressaltar uma origem do acarajé no ambiente dos terreiros, como vimos anteriormente, enquanto comida de orixá.. Em meio a essas divergências religiosas e conceituais o acarajé passa por um processo re-significação. Para Bitar:

“Podemos afirmar, inicialmente, que o registro desse “bem imaterial” se configurou como uma demarcação de fronteiras entre as baianas e os seus “outros”: os ambulantes e os evangélicos. Para elas, tornar-se patrimônio, significou marcar uma alteridade, ora associando o acarajé às religiões afro-brasileiras, ora ao que entendem por “tradição”. (2010, 98).

Nestes processos de transformações e dinâmicas culturais a baiana do tabuleiro passa a ser reconhecida como detentora de saberes ancestrais. As mudanças pelas quais o ofício de baianas de acarajé vêm sofrendo devem ser conhecidas e consideradas para que possam ser devidamente avaliadas. É sempre possível novas apropriações, resta porém, resguardar os sentidos e significações que mantêm o “sabor” todo particular do bolinho de acarajé.

### **Referencias Bibliográficas**

BITAR, Nina Pinheiro. **“Agora que somos patrimônio...”:** um estudo etnográfico sobre as baianas de acarajé do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2010.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria interpretativa da Cultura. **In: A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A RETÓRICA DA PERDA: OS DISCURSOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL.** Rio de Janeiro: EDITORA UFRJ/MINC-IPHAN, 2006

Karina Kuschnir & Gilberto Velho (org.) **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

LODY, Raul. **O que que a bahiana tem: pano-da-costa e roupa de baiana**. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002.

MARTINI, Gerlaine Torres. **Baianas do Acarajé: a uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, UNB, 2007.

MENDONÇA, Elizabete & PINTO, Maria Dina Nogueira. Sistema culinário e patrimônios culturais: variações sobre o mesmo tema. In: **Alimentação e cultura popular (Encontros e estudos; 4)**. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

**Monitoramento e Avaliação da Política de Salvaguarda**. CGS/DPI/IPHAN, 2010 .

SANTOS, Jocélio. **O poder da cultura e a cultura no poder: a construção da disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Tese de doutorado, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.2000

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.,

VIANNA, Letícia C. R. “Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular”. In: **Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.